

O Partido Socialista do Brasil

Sujeitos, projetos e ação político-eleitoral (1925-1926)

The Socialist Party of Brazil

Individuals, Projects, and Political and Electoral Action (1925-1926)

ALDRIN ARMSTRONG CASTELLUCCI*

RESUMO Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre as trajetórias de intelectuais socialistas que atuaram em diferentes regiões do Brasil na primeira metade do século XX. Ela é baseada em informações extraídas da grande imprensa e da imprensa operária, nos incontáveis artigos que os personagens publicaram em revistas e jornais de várias cidades brasileiras no período, em suas memórias, nas publicações oficiais para as quais eles colaboraram e nos vários livros que legaram sobre os mais diversos temas de política, direitos e cultura. O presente texto tem o objetivo de reconstituir o processo de fundação do Partido Socialista do Brasil (PSB) em 1º de maio de 1925, uma das iniciativas nas quais os indivíduos que biografuei se envolveram. Analiso a composição social, o programa, a inserção no movimento operário e a intervenção do PSB nas eleições municipais de 1926 no Distrito Federal. Demonstro que o partido teve forte influência entre os trabalhadores naquele momento, ainda que isso não se tenha traduzido em ganhos eleitorais significativos.

PALAVRAS-CHAVE Partido Socialista do Brasil, política, eleições

* <https://orcid.org/0000-0003-0957-5479>

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Programa de Pós-Graduação em História
Rodovia Alagoinhas-Salvador, BR 110, KM 03, 48040-210, Alagoinhas, BA, Brasil
acastellucci@uneb.br



ABSTRACT This article is part of a wider research project on the trajectories of socialist intellectuals who operated in different regions of Brazil during the first half of the twentieth century. It is based on information found in major newspapers and working-class press, the countless articles those intellectuals published in magazines and newspapers in many Brazilian cities in the 1920s, their memoirs, their contributions to official publications, as well as books they wrote about themes such as politics, law, and culture. The aim of this paper is to reconstitute the process of establishment of the Partido Socialista do Brasil (PSB) [Socialist Party of Brazil]. Founded on May 1, 1925, it was one of the initiatives in which the individuals I have biographed were involved. I analyze the party's social composition, its program, its integration with the labor movement, and how PSB intervened in the 1926 municipal elections in the Federal District. I demonstrate that PSB had strong influence on the workers at that time despite not having achieved significant electoral gains.

KEYWORDS Socialist Party of Brazil, politics, elections

INTRODUÇÃO

Na última década do século XIX, os trabalhadores criaram os primeiros partidos operários e socialistas em diferentes cidades e regiões do Brasil, alguns deles com milhares de membros. Esperançosos com a implantação da República, eles conceberam essas organizações como instrumentos de classe para a intervenção na política formal com vistas a apresentar suas reivindicações por reformas que assegurassem amplos direitos sociais e políticos para os operários e as operárias. Apesar das desilusões provocadas pelo domínio oligárquico, inúmeros partidos operários e socialistas continuaram a ser fundados ao longo da Primeira República, em processos amplamente examinados por diversos autores desde a década de 1980 (BIONDI, 2011; CASTELLUCCI, 2010; GOMES, 2005, p. 35-80; LONER, 2010; PÁDUA, 1985; SCHMIDT, 2007; SOUZA, 2020a; 2020b; VENEU, 1987).

Os socialistas e os partidários do sindicalismo reformista mantiveram relações marcadas pela tensão e pela competição com os adeptos do anarquismo em seus vários matizes e com os praticantes do sindicalismo revolucionário. Sobre essas dimensões, também já há uma bibliografia razoavelmente ampla e baseada em sólida pesquisa orientada pela história social (BATALHA, 2017; CASTELLUCCI; SCHMIDT, 2017; GUIMARÃES, 2020; QUEIRÓS, 2016; TOLEDO, 2004a; 2004b).

O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, sem dúvida a organização com maior longevidade e a primeira criada pela esquerda brasileira com implantação efetivamente nacional, também já mereceu muitos estudos, que cobriram diferentes períodos e aspectos de sua história sob as mais diversas perspectivas historiográficas (FERREIRA, 2002; KAREPOVS, 2003; NAPOLITANO; CZAJKA; MOTTA, 2013; NEGRO, 2002; PANDOLFI, 1995; REIS, 2014; SEGATTO, 1995; SENA JÚNIOR, 2009).

Ainda não há, contudo, nenhuma pesquisa dedicada especificamente ao Partido Socialista do Brasil (PSB), fundado em 1925. Essa foi a experiência mais consistente, com maior inserção na classe operária, mais conexões e maior enraizamento em várias cidades e estados entre todos os partidos socialistas criados desde o princípio do século XX no país. Este artigo pretende reconstituir a história desse PSB, destacando o papel desempenhado por algumas de suas lideranças, as relações estabelecidas com o movimento operário brasileiro e internacional e sua ação política nas eleições de 1926. Este estudo contribuirá para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a história social e política do Brasil republicano, especialmente no que tange às relações entre o Estado e a sociedade.

Em termos metodológicos, o artigo está baseado em uma análise intensiva de tudo quanto tenha sido publicado na imprensa periódica e na imprensa operária sobre o PSB e seus integrantes. Para isso, realizei uma busca exaustiva por essas fontes em diversos arquivos, bibliotecas e outras instituições do país. Meu objetivo foi captar as motivações para a adesão ao partido e as ideias daqueles indivíduos em relação ao mundo de seu tempo, assim como as diferentes percepções que outros militantes

(especialmente os comunistas) e as pessoas das mais diversas classes e grupos sociais tinham dos socialistas e do que eles pensavam e faziam. Também pude adentrar o universo dos conflitos e debates nos quais eles se envolveram, analisando seus argumentos e contra-argumentos, assim como os de seus interlocutores.

Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹ e no acervo físico da mesma instituição, no Rio de Janeiro, pesquisei grande quantidade de periódicos publicados em diferentes cidades do Brasil nas décadas de 1910 e 1920. Minha estratégia foi confrontar as diversas maneiras pelas quais os jornais com diferentes linhas editoriais abordaram (ou não) a nova investida dos socialistas na organização política da classe operária. Começo pelos órgãos de oposição ao governo. Em primeiro lugar, cabe destacar *O Brasil*, fundado em 1º de março de 1922 sob a direção de Guilherme de Almeida Brito (1891-1965), antigo colunista esportivo do *Jornal do Brasil*. Em 1925, *O Brasil* tinha os jornalistas Adolpho Porto e Alberto Nuñez, dois dos fundadores do PSB, como seu redator principal e seu secretário, respectivamente.² Esse fato explica a abertura do jornal para divulgar o manifesto-programa do partido na íntegra. Além disso, *O Brasil* publicou vários artigos assinados pelos advogados Agripino Nazareth (1886-1961) e Evaristo de Moraes (1871-1939), os dois líderes socialistas mais proeminentes, e divulgou diversas conferências que eles fizeram nos sindicatos entre 1922 e 1927.

O segundo diário mais importante em minha pesquisa foi o *Correio da Manhã*, fundado no Rio de Janeiro em 1901 pelo advogado gaúcho Edmundo Bittencourt (1866-1943). A partir de 1903, Evaristo de Moraes usou as páginas desse diário para fazer intransigente defesa de temas centrais daquele que viria a ser o campo do direito do trabalho, tais como o direito de greve e de organização sindical para os

1 HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. In: *Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

2 PROPRIETÁRIO: Guilherme de Almeida Brito. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1922, p. 1; O SEGUNDO aniversário d'“O Brasil”. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1924, p. 3; O NOSSO aniversário. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1925, p. 2.

trabalhadores e a necessidade de uma legislação trabalhista no Brasil. Os artigos no *Correio da Manhã* foram publicados pela Imprensa Nacional no formato de livro – *Apontamentos de Direito Operário* – em 1905. Destaque-se que já nesse trabalho estava consignada a pedra angular do programa do PSB de 1925 e da legislação trabalhista do pós-1930: a ideia de que as leis de proteção ao trabalho serviriam para evitar o acirramento da luta de classes (MORAES, 1905).

O terceiro jornal fundamental para meu estudo foi *A Manhã*, diário fundado no Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1925 pelo jornalista pernambucano Mario Leite Rodrigues (1885-1930). Com larga experiência no jornalismo político e engajado nas lutas oligárquicas desde o tempo em que estudou na Faculdade de Direito do Recife (instituição pela qual Agripino Nazareth e Joaquim Pimenta tinham passado), Rodrigues usou *A Manhã* para fazer a mais detalhada e apaixonada cobertura da atuação do advogado Maurício de Lacerda (1888-1959) e das polêmicas envolvendo os socialistas e os comunistas no período, foco que foi mantido depois que o diário foi vendido e posto sob a direção de Agripino Nazareth entre outubro de 1928 e dezembro de 1929.

O quarto periódico a ser destacado é *O Imparcial*, dirigido por Mario Rodrigues de Vasconcellos, que mantinha a coluna *Tribuna Social-Operária*, assinada pelo professor Joaquim Pimenta (1886-1963) quando fixou residência temporária no Rio de Janeiro. Pimenta publicou cerca de duzentas vezes nessa seção no período de novembro de 1924 a junho de 1926, dedicando vários dos textos ao PSB. Minha pesquisa também abarcou *A Noite*, fundado por Irineu Marinho em 1911 e posto em 1925 sob a direção do engenheiro baiano Antonio Geraldo Rocha Filho (1881-1959), que foi acusado pelos comunistas de ser aliado dos socialistas contra a URSS.³

Selecionei três diários para examinar o comportamento da imprensa governista em face da mobilização dos socialistas entre os trabalhadores: *O Paiz e Gazeta de Notícias*, ambos criados no período imperial; e *Jornal do Brasil*, fundado no início da República por políticos

3 O SOCIALISMO geraldista. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1926, p. 9-10.

remanescentes do Império. Esses jornais deram espaço bastante reduzido para o PSB. A *Gazeta de Notícias*, antigo diário abolicionista e republicano, mantinha uma seção intitulada *Gazeta Operária*, mas ela publicava apenas pequenas notas informativas sobre os sindicatos e, eventualmente, o PSB e suas atividades. Finalmente, com vistas a examinar a real implantação do PSB para além do Rio de Janeiro, consegui localizar quantidade razoável de notícias sobre a mobilização de outros núcleos socialistas nos jornais *O Combate*, de São Paulo; *O Dia* e *A República*, ambos de Curitiba; e *Jornal do Recife*, *A Província* e *Jornal Pequeno*, todos do Recife.

Com relação à chamada imprensa operária, pesquisei dezenas de jornais e revistas de orientação socialista, anarquista e comunista, publicados em diferentes cidades e períodos. Essa pesquisa foi realizada no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL-UNICAMP) e no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP). Destaco três periódicos do Rio de Janeiro pertinentes ao meu estudo sobre o PSB de 1925: *Vanguarda* (1925-1926), um dos órgãos por meio dos quais os socialistas se expressavam naquele momento; *A Classe Operária* (1925-1928) e *Voz Cosmopolita* (1922-1928), que vocalizam as críticas do PCB ao PSB.

ATOS DE FUNDAÇÃO

Em 1º de maio de 1925, os advogados Agripino Nazareth e Evaristo de Moraes juntaram-se a outros militantes reformistas da época para formalizar a fundação do Partido Socialista do Brasil (PSB). A história desse PSB não foi objeto de qualquer pesquisa específica, ainda que haja quantidade razoável de fontes que nos possibilitem aprofundar os conhecimentos sobre ele. Além disso, há trabalhos acadêmicos sobre seus principais líderes e os antigos e fortes vínculos que eles tinham com o movimento operário de estados como a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. No Distrito Federal, Evaristo tinha uma longa história de contatos estreitos com os carroceiros, sapateiros, estivadores, carregadores e foguistas, ao passo que Agripino havia

obtido alguma inserção entre os trabalhadores da construção, metalúrgicos e têxteis (CASTELLUCCI; SCHMIDT, 2017; CRUZ, 2006; 2000; MENDONÇA, 2007).

Em sua coluna no jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, o professor Joaquim Pimenta disse que o PSB contatava com muitas adesões e que já era tempo de sair da “pasmaceira”, “quebrar a monotonia do pântano” e “romper com as quase quatro décadas de regime republicano a figurar apenas no frontispício de nossas instituições”. Os dois partidos clássicos do Império “não sobreviveram à queda do trono, mesmo empinando o barrete frígio”. Desde então, o país possuía apenas “agrupamentos em torno de nomes” que, ao morrerem, arrastavam o partido e o programa (quando tinham um) para a cova. A situação seria diversa em 1925, pois havia ideias “pairando acima dos interesses de ocasião” e de “ambições pessoais” e existiam “homens dignos do mais alto apreço e capazes de uma ação inteligente e sincera sobre o ambiente nacional, alguns dos quais experimentados em campanhas memoráveis”.⁴

De fato, as articulações para fundar o PSB foram amplamente noticiadas pela imprensa de todo o Brasil a partir de março de 1925.⁵ Em meados de abril, o Partido Socialista Baiano que Agripino Nazareth fundara em Salvador em 1920 declarou sua “incorporação” ao PSB criado em 1925 no Rio de Janeiro.⁶ Logo em seguida, um núcleo socialista de São Paulo também declarou sua adesão ao PSB.⁷

Ainda em abril de 1925, o cirurgião-dentista e professor Nerval Araujo Silva, que havia feito militância com Agripino Nazareth em Salvador até que ambos foram presos e expulsos da Bahia em janeiro

4 TRIBUNA Social-Operária. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1925, p. 6.

5 VAI fundar-se o Partido Socialista Brasileiro. *Pacotilha*, São Luís, 1 abr. 1925, p. 1; VAI fundar-se, no Rio, com ramificações no Estados, o Partido Socialista Brasileiro. *Diário de São Luiz*, São Luís, 2 abr. 1925, p. 1; O PARTIDO Socialista Brasileiro. *Jornal do Recife*, Recife, 16 abr. 1925, p. 3; O PARTIDO Socialista no Paraná. *O Combate*, São Paulo, 29 abr. 1925, p. 1; PARTIDO Socialista no Brasil. *O Dia*, Curitiba, 18 abr. 1925, p. 1; O MANIFESTO do Partido Socialista. *O Dia*, Curitiba, 3 maio 1925, p. 6.

6 O PARTIDO Socialista Bahiano aderiu. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1925, p. 2.

7 NOVO Partido. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1925, p. 1.

de 1921, fez “ativa propaganda” junto ao proletariado de Curitiba “em prol do Partido Socialista do Brasil”. Ele militou em Curitiba, Paranaçu e Morretes, onde fundou a “Escola Agripino Nazareth”. O segundo militante importante na arregimentação socialista no Paraná foi Elbe Lauro Pospissil, um “hábil linotipista” que havia trabalhado nos jornais *A República*, em Curitiba, e *A Razão*, no Rio de Janeiro. Entre 1921 e 1925, ele foi dirigente de várias organizações operárias do Paraná, a exemplo do Centro Graphico Paranaense, da Sociedade Protetora de Operários e da Sociedade R. B. Estrela da Manhã. Representou, ainda, várias entidades operárias no Terceiro Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social, realizado em 1923 no Rio de Janeiro.⁸

O MANIFESTO-PROGRAMA E SEUS SIGNATÁRIOS

O manifesto-programa do PSB foi divulgado e comentado por praticamente todos os principais jornais do país. Alguns deles não se limitaram a tecer considerações sobre o documento, decidindo reproduzi-lo na íntegra. Foi o que fez *O Brasil* de 1º de maio de 1925. Graças a essa iniciativa, pude analisar o programa dos socialistas em 1925 com base no documento original que eles deram ao público, e não a partir das glosas feitas pelos diferentes órgãos da grande imprensa.⁹

Os fundadores do PSB iniciaram seu manifesto argumentando que “não era lícito ao Brasil conservar-se alheio ao movimento de renovação política, social e econômica” que estava “alterando profundamente a estrutura das coletividades nacionais”. Declararam-se acima

8 O PARTIDO Socialista no Paraná. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1925, p. 7. Para saber mais sobre Nerval Silva, consultar Souza (2019). Os dados sobre Elbe Lauro Pospissil foram extraídos das seguintes fontes: HÓSPEDES e viajantes. *A República*, Curitiba, 19 maio 1921, p. 2; VIDA Social. *A República*, Curitiba, 22 jun. 1921, p. 2; CENTRO Graphico Paranaense. *A República*, Curitiba, 15 jul. 1921, p. 3; VIDA Social. *A República*, Curitiba, 1 nov. 1921, p. 2; SOCIEDADE Protetora dos Operários. *A República*, Curitiba, 4 fev. 1922, p. 2.

9 COMO se apresenta à nação o Partido Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 1 maio 1925, p. 7. Todas as citações feitas entre este parágrafo e os Quadros 1 e 2 foram extraídas da mesma fonte.

das “mesquinhas competições individuais e das paixões do nosso perturbado momento político” e apelaram para as “forças vivas do país e, principalmente, para as classes proletárias, concitando-as a uma organização partidária que, com francas ideias socialistas”, procurasse “realizar a verdadeira democracia”, da qual a República então vigente se afastava progressivamente.

Os socialistas diagnosticaram que o regime político havia caído em “desmoralização” e que os germes desse descrédito estavam em seu próprio nascimento, que facilitava a “autocracia” e impelia o país para a “solução revolucionária”. O problema não deveria ser identificado na falta de “estadistas” para dirigir o país de maneira adequada, e sim no “Presidencialismo” brasileiro, que, tal como havia sido copiado dos Estados Unidos e da República Argentina, prestava-se às “piores manifestações do poder pessoal”. O PSB comparou as “repúblicas presidencialistas” com as monarquias inglesa, belga e italiana, afirmando a superioridade das últimas em função dos limites impostos aos chefes de Estado, barreiras inexistentes nas primeiras.

Os socialistas brasileiros sustentaram, contudo, que a contraposição ao “presidencialismo” não implicava adesão ao “parlamentarismo” em sua “fórmula francesa”. Argumentaram que “a observação e a experiência” tinham fornecido “elementos de uma criação nova, a mais próxima da concepção socialista”, e mais adaptável a “um organismo social-econômico baseado na solidariedade humana e no aproveitamento de todas as atividades úteis”. O PSB chamou esse regime alternativo de “Governo em Colegiada”, formado por um “pequeno grupo de administradores igualmente responsáveis, investidos de autoridade coletiva, sem distinção de hierarquia, apenas, até certo ponto, especializados em determinadas funções”.

Como exemplo de “excelência” de sua proposta, citaram o chamado “Governo Provisório”, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca entre 1889 e 1891. A “fórmula” teria nascido “bruscamente das necessidades de uma situação revolucionária” e teria dado “resultados tão satisfatórios”, que deveria ser “aproveitada, com esperança de resultados práticos superiores”. Para tanto, bastava que os membros de um eventual

“Governo em Colegiada” se guiassem pelos mesmos “estímulos” dos “primeiros governantes da República”.

Segundo a memória dos socialistas, aquele governo era composto por indivíduos diversos entre si, abrigando desde antigos republicanos históricos até monarquistas recém-convertidos ao republicanismo, católicos e positivistas. Tais governantes também se diferenciavam quanto às opiniões que tinham em relação a assuntos econômicos e financeiros. Teriam, entretanto, uniformizado seus “intuitos, cedendo uns aos outros, transigindo sem diminuição das suas personalidades, somente consultando os interesses da remodelação do Brasil segundo um ideal para o qual ele vinha desde muito tendendo”. Os signatários do manifesto-programa do PSB afirmaram que também “cederam entre si” e “buscaram pontos de convergências no terreno das ideias”, despojando-se de “intransigências e de opiniões excessivamente pessoais”.

Ainda com relação à “organização propriamente política da República”, os socialistas sustentaram a necessidade de uma “recentralização administrativa”, mesmo que respeitando as “autonomias estaduais e municipais”. O objetivo era dissolver as oligarquias, seu controle sobre os recursos públicos e a “burla do sufrágio direto universal”, produtores de um regime sem “representantes legítimos” e sem “representados dignos”. Em última instância, desejavam promover uma “radical transformação do sistema de representação popular”. Dada a “falência do sistema representativo vigente”, propuseram o estabelecimento da “representação por classes”, a “obrigatoriedade e o segredo absoluto do voto” e a “igualdade dos sexos e dos nacionais e estrangeiros residentes”.

Os socialistas defenderam a concessão de direitos políticos aos estrangeiros residentes no Brasil fundamentados no “princípio de justiça retributiva”, isso é, na ideia de que não seria “razoável aproveitar a colaboração material e intelectual de pessoas que se mostram decididas a ajudar o nosso progresso sem lhes dar em troca vantagens e garantias correspondentes, inclusive a intervenção na escolha dos que tem de legislar e administrar o país”. O PSB foi ainda mais longe e defendeu a “incorporação de todos os estrangeiros válidos e prestantes à nacionalidade brasileira”, pois estava convencido do “dever que incumbe a todo

socialista de integrar-se ao meio em que se haja radicado pelo trabalho e pela constituição da família”.

Na mesma linha, o PSB defendeu o direito de voto para os soldados e os marinheiros, inclusive quando estes últimos estivessem em viagem. Para estender, porém, o “direito eleitoral até os trabalhadores da farda”, era preciso “modificar, na lei e na prática, o conceito de disciplina militar”, que deveria “ser compatível com o espírito democrático e com os melindres da dignidade humana”.

O PSB defendeu a extinção do Senado, tido como “desnecessário” e “sobrevivência de uma concepção que não tem razão de ser”. Sustentou que aos cidadãos deveria ser garantida a “máxima liberdade na pregação de seus ideais políticos, sociais e econômicos, bem como na apreciação dos atos dos poderes públicos, estabelecida a jurisdição do Júri, ou de outro tribunal popular, para julgar os abusos cometidos”.

No plano das “relações internacionais”, o PSB condenou o “armamentismo” e defendeu a “sincera união de todos os povos” e a “solidariedade das Repúblicas Sul-Americanas” com vistas à constituição de uma “Confederação” desses países. Esta seria uma união “firme e duradoura” em torno das aspirações comuns de “paz no continente”, “democracia”, “prosperidade econômica” e “cultura”. Por fim, os socialistas firmaram seu intento de “propugnar pelo reconhecimento da República dos Sovietes”.

O PSB se dispôs a fazer cumprir o estabelecido na Constituição de 24 de fevereiro de 1891 quanto à separação entre Estado e religião, respeitando as “manifestações de consciência individual”, mas repudiando a “escandalosa preferência” dada ao “Cristianismo Papista”, que sujeitava os servidores públicos civis e militares a “cerimônias” e “homenagens” daquele culto, muitas vezes “incompatíveis” com as crenças daqueles indivíduos. Os socialistas defendiam o princípio da “completa liberdade de consciência”, a ruptura das relações, oficiais ou semioficiais, do Estado com qualquer religião e a supressão da embaixada brasileira junto ao Vaticano, “uma vez que o papa só pode ser razoavelmente considerado como supremo representante de uma religião e não como soberano, investido de poder temporal”.

O programa de “reformas sociais” do PSB incluía a “imediate satisfação de uma das maiores, senão a maior dentre as necessidades da democracia moderna”, isto é, a promoção da “instrução primária” e “técnica profissional (secundária)”, sendo “ambas obrigatórias e gratuitas”. Defendiam, também, o direito à “instrução superior gratuita”. Colocaram como tarefa importante cuidar “ativamente da regulamentação higiênica do trabalho, sentido da garantia da vida, da saúde e da moralidade dos operários”. Para tanto, propuseram a “fixação dos horários de trabalho”, a “instituição do salário mínimo de acordo com o custo das subsistências”, a “igualdade de salários para ambos os sexos” e a “obrigatoriedade do trabalho civil”, com o Estado provendo os meios para que cada indivíduo pudesse “empregar a sua atividade segundo as respectivas aptidões”.

Com o objetivo de “suprimir a vagabundagem e a mendicidade” e “preservar a infância”, o PSB sustentou o imperativo de o Estado oferecer “assistência a todos os necessitados” e fortalecer sua “função tutelar” sempre que aquela atribuída à família fosse deficiente ou inexistente. Para combater os “estragos do alcoolismo”, pregaram a “supressão do comércio de álcool potável” e o estabelecimento de estímulos e compensações para o “emprego do álcool nas indústrias”. Em sintonia com o ponto anterior, defenderam o fim das loterias, “cuja existência legitima o jogo em todas as suas modalidades”.

Na esfera das “reformas de caráter essencialmente econômicas (sic)”, apresentadas como “realizáveis” antes da “transformação radical do regime capitalístico”, o PSB se dispôs a lutar pelos seguintes pontos: “instituição do imposto direto, único e progressivo sobre a renda de todos os indivíduos válidos”, independentemente de qual “atividade produtiva” fosse exercida; “limitação, por meios indiretos, da grande propriedade territorial”, sempre que não fosse “eficientemente aproveitada ou utilizada”; “oficialização da indústria bancária, com o fito de suprimir a agiotagem, o jogo cambiário e a moeda inconvertível”; “limitação do direito de propriedade das pessoas coletivas estrangeiras” que não se comprometessem à “realização de serviços de utilidade pública proporcionais aos seus haveres e lucros no país”; “oficialização dos seguros

contra todos os riscos sociais”; “limitação dos lucros da indústria e do comércio, com a conseqüente repressão da usura”; monopólio estatal dos serviços de transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo, assim como dos portos, viação, energia elétrica, minas etc.; estímulo e apoio às cooperativas.

O PSB deu destaque especial à “propaganda sindicalista”, explicitando que todos os seus membros deveriam ser filiados aos “sindicatos profissionais”, pois desses organismos sairiam os “elementos para a reforma eleitoral baseada na representação por classes”. Além disso, defenderam a reforma do “aparelho judiciário”, neutralizando seus “vícios originais” e estabelecendo que nada de “proveitável” seria alcançado sem duas medidas fundamentais: “a escolha de todos os magistrados por seus pares e a instituição da completa gratuidade de todos os serviços da Justiça”.

O manifesto-programa foi finalizado com a declaração de que os membros do PSB não tinham pretensões ao “apostolado”. Procuravam “congregar vontades conscientes em torno de ideais realizáveis”. Tratava-se de um esforço para despertar a “consciência coletiva, estimulando-a a salvar a República Brasileira”. Ganharam relevo o problema da corrupção na administração pública, a precariedade das condições de trabalho e de vida da classe operária, o estilo de vida superficial da classe média, assim como a insensibilidade e a falta de projeto nacional das classes dominantes.

Enfim, era necessário romper com o “absoluto indiferentismo” daqueles que poderiam governar o país com base em “princípios pessoais” e oferecer uma alternativa à ação dos políticos tradicionais. Fazia-se necessário, então, atuar no “terreno da propaganda pacífica”, fazendo “agitação de princípios” e “afirmação de ideias”. Era imperioso “concorrer às urnas” em defesa dos “interesses superiores da coletividade nacional e da humanidade” em vez de tomar parte no processo político em favor dos “corrilhos” e “mandões”. Os socialistas deram destaque ao protagonismo dos trabalhadores como classe na mudança social e política que almejavam para o país, chegando a atribuir-lhe, teleologicamente, uma “missão histórica”.

Quadro 1: Operários fundadores do PSB – Rio de Janeiro, 1925

Alfaiate	Mecânico
Baltazar Mendonça Manoel Rodrigues Pontes	Francisco Guilherme Lopes
Calafate	Mecânico-Eletricista
Adolpho da Silveira Rosa Francisco Rodrigues da Silva	João Paparguerins
Carpinteiro	Metalúrgico
Manoel Bernardo Saraiva José Ferreira Miguel Archanjo de Paulo	Antonio Davillarte Belmiro Pacheco José Corino Lino Augusto
Carpinteiro Naval	Tecelão
Antonio Guilherme Lopes Alfredo Barbosa Guimarães Alfredo Vasconcelos Armando Rodrigues dos Santos José Francisco Elias Manoel Antonio Reis Manoel Dias de Souza Raimundo Pereira da Cruz Ursolino Gomes	Eleoterio Ferreira Souza Guido de Borgonha Telles
Estucador	Linotipista
Antonio Augusto de Azevedo Armando Muniz Teles Deocleciano Augusto de Azevedo	Francisco José de Oliveira Mario Guedes de Mello Pedro Rangel
Marceneiro	Tipógrafo
Manoel Campos	Antonio Campos

Fonte: Elaboração própria a partir de COMO se apresenta à nação o Partido Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 1 maio 1925, p. 7.

Quadro 2: Profissionais liberais e outros fundadores do PSB – Rio de Janeiro, 1925

Advogado	Professor
Adolpho Porto Agripino Nazareth Evaristo de Moraes Sergio de Campos Cartier Severino Alves Barbosa	Arlindo Sodoma Clodoveu de Oliveira Elbbe Pospissil Luiz Frederico S. Carpenter* Luiz Palmeira
Cirurgião-Dentista	Médico
Nerval Silva	Isaac Iseeksohn
Engenheiro Civil	Outros
Paulo Dietrich	Albino Dias Fernandes (Empregado da Estrada de Ferro Central do Brasil) Djalma P. Feijó (sem informação) Elias Paulo Cabrera (Capitão de cabotagem) Helio R. da Silva (Estudante de Medicina) João Scala (Comerciante) Raymundo Monteiro (Empregado no Comércio)
Jornalista	
Alberto Nuñez Benedicto Mergulhão Carlos Maul Francisco Alexandre Hosannah Chaves Theodoro Albuquerque	

Fonte: Elaboração própria a partir de COMO se apresenta à nação o Partido Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 1 maio 1925, p. 7.

* Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

O manifesto-programa do PSB foi assinado por 57 indivíduos, todos do sexo masculino. Conforme pode ser visto nos Quadros 1 e 2, eles eram bem diversos do ponto de vista sócio-ocupacional, havendo predomínio dos operários (32) e dos profissionais liberais (19), especialmente os advogados, muitos dos quais atuavam como jornalistas e professores. No final de maio de 1925, o PSB elegeu um diretório formado por 21 membros, todos homens, e nitidamente pluriclassista, sendo identificados seis operários, um empregado no comércio, onze profissionais liberais (entre os quais se destacavam os advogados Agripino Nazareth e Evaristo de Moraes), um comerciante (João Scala) e um capitão de cabotagem (Elias Paulo Cabrera).¹⁰

O Partido Socialista do Paraná, agremiação “filiada ao Partido Socialista do Rio de Janeiro, cujo programa político adotou”, também era integralmente dirigido por homens com diferentes origens sociais: Nerval Araujo Silva, secretário-geral; Elbe Pospissil, segundo-secretário; Trophim Tkatchchen, terceiro-secretário; Manoel de Oliveira Sá, primeiro-tesoureiro; João Chinasso, segundo-tesoureiro; Alvaro de Barros, João Lucinda, José Kurosqe de Loyola, Henrique Rodrigues e João Lopes, vogais.¹¹

A composição pluriclassista da organização dos socialistas alimentou as críticas dos comunistas. Por meio de seu jornal, *A Classe Operária*, cuja publicação teve início em 1º de maio de 1925, o PCB destacou o fato de o PSB não ser exclusivamente composto por operários para caracterizá-lo como um “partido pequeno-burguês que, mais cedo ou mais tarde, servirá diretamente os interesses da grande burguesia”, sendo prova disso “toda a experiência do proletariado mundial”.¹²

Em outro periódico sobre o qual tinha influência, *Voz Cosmopolita*, porta-voz do *Centro Cosmopolita*, o sindicato dos trabalhadores em

10 O PARTIDO Socialista do Brasil. *O Combate*, São Paulo, 28 maio 1925, p. 4; PELAS Associações. *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 maio 1925, p. 7.

11 FUNDA-SE no Paraná o Partido Socialista. *O Dia*, Curitiba, 1 maio 1925, p. 8.

12 NÃO é partido operário! *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1925, p. 1.

hotéis, restaurantes, cafés e bares do Rio de Janeiro, o dirigente comunista Octavio Brandão (1896-1980) fez intensa propaganda de *A Classe Operária* como “Jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores” e reproduziu o mesmo vaticínio de traição do PSB, além de duras críticas dirigidas contra Agripino Nazareth e outros socialistas ligados ao jornal *Vanguarda*.¹³

INTERNACIONALISMO E PACIFISMO

Ao mesmo tempo que noticiou a formação do PSB, a imprensa coetânea deu ampla cobertura à evolução dos acontecimentos na URSS e aos movimentos, crises e cisões na social-democracia de países como Argentina, Alemanha, França, Áustria, Hungria, Itália, Portugal, Inglaterra e Estados Unidos. O PSB estava atento aos acontecimentos da conjuntura internacional e envidou esforços para se distinguir das práticas e correntes socialistas europeias criticadas pelo abandono de certos princípios internacionalistas. Para atingir esse desiderato, o PSB reivindicou antigas bandeiras e tradições socialistas e ligou seus objetivos e destinos aos de líderes social-democratas que gozavam de grande respeito e prestígio internacionais.

Assim, em 10 de junho de 1925, pouco mais de um mês após a publicação de seu manifesto-programa, o PSB realizou importantes homenagens em memória do deputado socialista italiano Giacomo Matteotti (1885-1924), sequestrado e brutalmente assassinado a facadas, nas proximidades de Roma, no dia 10 de junho de 1924, por fascistas a soldo de Benito Mussolini (1883-1945). O crime teria sido uma

13 A CLASSE Operária. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 maio 1925, p. 1; A CLASSE Operária. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 15 maio 1925, p. 1; AOS trabalhadores da Bahia. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1926, p. 1-2; O SOCIAL-CONFUSIONISMO. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1926, p. 2-3; O SOCIALISMO geraldista. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1926, p. 9-10; 0 +0 + 0. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1926, p. 3; CONTRA o chaos socialista. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1926, p. 3; A NEP. *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1926, p. 3.

retaliação direta ao discurso pronunciado pelo parlamentar no dia 30 de maio de 1924 clamando por uma aliança antifascista e denunciando a escalada de corrupção e violência praticadas pelos partidários do ditador, inclusive por seu irmão, Arnaldo Mussolini (1885-1931), antes da eleição geral de 6 de abril de 1924, vencida pela coligação fascista (DUGGAN, 2013, p. 87-90; CLARK, 1995, p. 627-628; PAXTON, 2004, p. 109-110; RILEY, 2019, p. 60-61; SASSOON, 2009, p. 150-151).

Naquele momento, as forças de esquerda da Itália estavam divididas em três organizações. A primeira delas era o velho Partido Socialista Italiano (PSI), fundado em 1892 sob inspiração marxista, no qual se destacavam líderes reformistas como o jornalista Claudio Treves (1869-1933) e o criminologista Filippo Turati (1857-1932). Em 1893, apenas um ano após sua fundação, ele recebeu a adesão de outros grupos e se transformou no Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos. Em 1894, retomou o nome original em face da perseguição movida pelo Estado. A segunda formação era o Partido Comunista Italiano (PCI), fundado em 21 de janeiro de 1921 sob a liderança de Antonio Gramsci (1891-1937), como resultado de uma cisão à esquerda do PSI. Por fim, o terceiro organismo era o Partido Socialista Unitário (PSU), outra cisão do PSI, de inspiração reformista, criado em 1922 sob a liderança de Matteotti, Turati e Treves, que tinham sido expulsos do PSI naquele ano (CONTI, 2015, p. 1-21; DUGGAN, 2016, p. 199-231).

O tributo a Matteotti era claramente um artifício político do PSB para se distinguir dos caminhos seguidos pelos setores pró-guerra da social-democracia europeia. Lembrar Matteotti era uma forma de estreitar os laços com a classe operária e afirmar uma posição de defesa da paz e do internacionalismo, princípios caros ao movimento socialista antes da conflagração mundial em 1914. Em consonância com esses objetivos, o PSB publicou inúmeras convocatórias para o preito na imprensa carioca e promoveu uma “sessão magna” na noite do dia 10 de junho de 1925, na sede da poderosa União dos Operários em Fábricas de Tecidos, ocasião em que João Scala e Evaristo de Moraes falaram para um público composto, em sua maioria, por “decididos elementos

trabalhistas italianos” e “poucas mulheres”, além do deputado Nicanor do Nascimento (1871-1948).¹⁴

Para se distanciar do estigma da “traição” cometida pelas parcelas da social-democracia que votaram favoravelmente à aprovação dos créditos de guerra solicitados por seus governos, o PSB prestou homenagens também ao deputado socialista francês Jean Jaurès (1859-1914), outro mártir da causa internacionalista, antimilitarista e anti-imperialista que havia sido assassinado a tiros no dia 31 de julho de 1914 por um compatriota de direita (GOLDBERG, 1968; HOWORTH, 1995, p. 449-451).

Em agosto de 1911 –três anos antes, portanto, de seu assassinato –, Jean Jaurès havia passado três semanas no Brasil fazendo conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sua primeira turnê fora da Europa incluía também o Uruguai e a Argentina (BATALHA, 2004). É provável que esse tenha sido o primeiro contato pessoal de alguns socialistas brasileiros com o líder francês, ainda que seus escritos e carreira já fossem conhecidos tanto dos socialistas do Brasil quanto das repúblicas vizinhas. O litógrafo negro socialista Francisco Xavier da Costa ([187-]-1934), por exemplo, publicou um jornal em Porto Alegre entre 1905 e 1907 intitulado *A Democracia*. Na edição de 7 de fevereiro de 1907, Jean Jaurès foi chamado de “grande mestre” (SCHMIDT, 2004, p. 289-290).

O PSB anunciou que realizaria o tributo a Jean Jaurès nos dias 31 de julho e 14 de agosto de 1925, marcando o aniversário de onze

14 O PRIMEIRO aniversário do assassinio de Matteotti. *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1925, p. 4; PARTIDO Socialista do Brasil. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1925, p. 8; PARTIDO Socialista do Brasil. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1925, p. 12; MATTEOTTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1925, p. 3; MATTEOTTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1925, p. 5; MATTEOTTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1925, p. 2; À MEMÓRIA de Matteotti. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1925, p. 2; PARTIDO Socialista do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1925, p. 10; PARTIDO Socialista do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1925, p. 12; PARTIDO Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1925, p. 5; PARTIDO Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1925, p. 5; PARTIDO Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1925, p. 7; PARTIDO Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1925, p. 5; COMEMORANDO o 5º (sic) aniversário do assassinio de Matteotti. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1925, p. 1; A COMEMORAÇÃO do 1º aniversário do assassinio de Matteotti. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1925, p. 8.

anos de seu assassinio. Mais uma vez, a solenidade ocorreu na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, tendo os advogados Sergio de Campos Cartier e Adolpho Porto como oradores. Segundo os socialistas brasileiros, Jaurès teria sido o “grande vulto” surgido quando “o ambiente europeu era sufocante” e “o chauvinismo francês atingira a um ponto máximo em relação aos movimentos imperialistas”. Ele teria combatido “com denodo o espírito belicoso que se manifestava, intensamente, na França e na Alemanha”. Em consequência dessa atuação do “fundador do Partido Socialista Francês”, um “desvairado” descarregou seu revólver contra o “grande pacifista”.¹⁵

REPUBLICANISMO E SOCIALISMO POSSIBILISTA

Na noite do dia 14 de julho de 1925, o PSB reafirmou tradição ainda mais antiga, a de comemorar a Queda da Bastilha, marco inaugural da Revolução Francesa. A “sessão magna” de 1925 foi feita na sede da Associação dos Carpinteiros Navais do Rio de Janeiro. O PSB convidou “o proletariado, os estudantes e o povo em geral” para as palestras que seriam dadas pelo professor Luiz Palmeira e por Agripino Nazareth sobre a “Grande Revolução, que tanta influência exerceu na formação das Nações modernas”.¹⁶ Seis anos antes, quando estava morando em Salvador, Agripino Nazareth já havia concitado os trabalhadores de sua terra a comemorarem o 14 de Julho “com o mais intenso júbilo” por ocasião do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, realizado entre 14 e 20 de julho de 1919 (CASTELLUCCI, 2005). Não deixa de ser relevante observar que, em 1925, oito anos depois da Revolução Russa de 1917, o paradigma invocado pelos socialistas ainda fosse o

15 O ANIVERSARIO do assassinio de Jaurès. *O Combate*, São Paulo, 29 jul. 1925, p. 1; UMA comemoração do Partido Socialista Brasileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1925, p. 5; O ASSASSÍNIO de Jean Jaurès. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1925, p. 2; O ASSASSÍNIO de Jean Jaurès. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1925, p. 4.

16 COMEMORAÇÕES. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1925, p. 5; 14 DE JULHO. Como foi comemorada entre nós a data da emancipação dos povos. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1925, p. 1.

estabelecido 136 anos antes. A vitória dos bolcheviques passou a ser reivindicada e cultuada apenas pelo PCB, fundado em 1922.

O PSB também afirmou sua identidade com o republicanismo que considerava autêntico por ocasião do falecimento do médico e jornalista carioca José Lopes da Silva Trovão (1848-1925), abolicionista e um dos antigos propagandistas republicanos, eleito deputado federal em 1891 e 1894 e senador da República entre 1895 e 1902. No dia de sua morte, em 17 de julho de 1925, o PSB enviou uma comissão de dirigentes e membros de destaque da organização para “velar o corpo do grande morto”. Essa comissão foi formada por Francisco Alexandre (secretário-geral), Luiz Palmeira (segundo-secretário), Guilherme Lopes (terceiro-secretário), Agripino Nazareth, Clodoveu de Oliveira, João Scala e Benedicto Mergulhão. Significativa foi a declaração de que Evaristo de Moraes representaria o PSB “nos funerais, orando no túmulo, em nome dos socialistas aos quais Lopes Trovão nos últimos tempos havia dado a sua solidariedade”.¹⁷

O PSB deu seguimento à difusão de suas ideias por meio das “Conferências de Propaganda”, realizadas por Evaristo de Moraes em diferentes noites entre outubro e dezembro de 1925, na Universidade Livre do Rio de Janeiro. As palestras tiveram entrada “franca”, tendo sido convidados os “centros operários, acadêmicos, políticos etc.”. As preleções trataram da “questão social no Brasil”, das relações entre economia, “ciência econômica”, socialismo e individualismo, “intervencionismo legislativo”, sindicalismo, cooperativismo, “vantagens e desvantagens da legislação protetora das classes operárias”, entre outros temas.¹⁸

A última parte do curso tratou da “organização política dos socialistas”. Os líderes do PSB explicitavam que não se tratava de criar um partido “exclusivamente operário”, mas uma organização que deveria

17 A MORTE de Lopes Trovão. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1925, p. 1-2; LOPES Trovão. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1925, p. 1-2.

18 A QUESTÃO social entre nós. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 14 out. 1925, p. 1; O CURSO público do Partido Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1925, p. 8; O CURSO público do Partido Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 26 out. 1925, p. 2; O CURSO público do Partido Socialista do Brasil. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1925, p. 2.

“facilitar a solução do problema do trabalho salariado, sem descurar de outros problemas sociais e econômicos”. Além disso, Evaristo de Moraes destacou sua adesão ao “socialismo possibilista”, isto é, à corrente política nascida na França sob a liderança do médico Paul Brousse (1844-1912).¹⁹

Paul Brousse foi aliado de Mikhail Bakunin (1814-1876) contra Karl Marx (1818-1883) na Primeira Internacional. Depois rompeu com o anarquismo, elaborou a teoria do “socialismo municipal” por volta de 1878, a partir da experiência da derrota da Comuna de Paris de 1871, vinculou-se ao *Parti Ouvrier* e teorizou sobre o “socialismo possibilista” durante a polêmica que travou com o marxista Jules Guesde (1845-1922) entre 1882 e 1884. Brousse ganhou projeção nacional na França a partir da adoção de preocupações de ordem prática e do pressuposto de que haveria reformas realizáveis em curto prazo, na vigência do capitalismo. Essas reformas progressivas seriam feitas no plano municipal, a partir da conquista de posições nos legislativos das cidades, por meio dos quais seria possível implementar melhorias práticas na vida dos trabalhadores, educar as pessoas para o exercício da autogestão e descentralizar o poder com o propósito de reduzir a onipotência do Estado.²⁰ Brousse foi eleito para o Conselho Municipal de Paris em 1887, tornando-se

19 PARTIDO Socialista – Conferências de propaganda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 out. 1925, p. 3; CONFERÊNCIAS Socialistas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 out. 1925, p. 3; AS CONFERÊNCIAS do Partido Socialista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 out. 1925, p. 5; A TERCEIRA conferência do sr. Evaristo de Moraes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 out. 1925, p. 6; CONFERÊNCIA transferida. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 out. 1925, p. 5; AS CONFERÊNCIAS do Partido Socialista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 out. 1925, p. 8; AS CONFERÊNCIAS do Partido Socialista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 2; AS CONFERÊNCIAS públicas do Partido Socialista do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1925, p. 5; AS CONFERÊNCIAS públicas do Partido Socialista do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1925, p. 8; PARTIDO Socialista. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1925, p. 5; A QUESTÃO Social no Brasil. *O Combate*, São Paulo, 14 out. 1925, p. 1; p. 4; O CURSO público do Partido Socialista. *O Combate*, São Paulo, 4 dez. 1925, p. 4; O CURSO público do Partido Socialista. *O Combate*, São Paulo, 6 dez. 1925, p. 4.

20 Há, nesse ponto, uma tensão com o programa do PSB de 1925, que defendia a “recentralização administrativa” como forma de reestruturar a República brasileira, projeto que será levado a cabo depois da chamada Revolução de 1930, quando alguns dos socialistas da Primeira República ingressarão no governo de Getúlio Vargas.

presidente daquela câmara em 1888. Em 1902, ele se juntou a Jean Jaurès no Partido Socialista Francês, elegendo-se deputado em 1906. Nos dois momentos, dedicou seu mandato a assuntos relacionados à assistência pública, especialmente os ligados à saúde mental e aos debates em torno da psiquiatria (BELL; JOHNSON; MORRIS, 1990, p. 28-59).

Com base em Paul Brousse, Moraes defendeu a realização de reformas e a aprovação de uma legislação operária que, ainda sob o capitalismo, pudessem “melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, elevando-lhes o nível material e o nível intelectual”. Combinando Brousse com a leitura de André de Maday (1877-1958), professor da Universidade de Neuchâtel (Suíça), Moraes sustentou que a intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho era um antídoto contra os “propagandistas da ação violenta” e uma forma eficiente de evitar os prejuízos econômicos derivados das greves e *lockouts*, inclusive contra os consumidores.²¹

Por fim, Moraes se valeu desses dois intelectuais para afirmar que o conflito social e a pobreza são produtos do direito de propriedade privada, que, por sua vez, é assegurado pelo Estado. Portanto, o Estado seria obrigado a tomar medidas que minimizassem os efeitos danosos da propriedade privada sobre a vida dos trabalhadores. O Estado não era visto como “emanação da pura justiça”; pelo contrário, até aquele momento, tinha servido aos “interesses do capitalismo contra os interesses dos trabalhadores”. Mas era possível “modificar” essa “orientação” com a adoção de uma “política de justiça econômica, correspondente ao interesse geral”²²

Seria necessário, ademais, que a classe operária se afastasse do sindicalismo revolucionário, excessivamente centrado na greve, no conflito, e aderisse ao cooperativismo, instrumento de independência econômica dos trabalhadores, e ao sindicalismo reformista, que guiaria a luta pelo “contrato coletivo de trabalho” por meio da intervenção “autônoma”, de forma “harmonizadora”, “pacificamente”, nas esferas

21 AS CONFERÊNCIAS do Partido Socialista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 2.

22 AS CONFERÊNCIAS do Partido Socialista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 2.

econômica, política e jurídica. Moraes se referiu aos sindicatos ingleses como paradigmas a serem seguidos e aos franceses como modelos a serem negados.²³

O *Paiz* destacou o tema central da primeira conferência – a questão social – e disse que o problema tratado pelo PSB havia sido negado por muito tempo no Brasil, fazendo a situação se ampliar e se complicar ainda mais. Chegara, portanto, a hora da “imperiosa necessidade de explicá-la” à sociedade. Contudo, advertiu o jornal carioca, seria necessário que os “ilustres conferencistas” não se limitassem a “divagações inocuamente teóricas” e não se esquecessem da “praticabilidade das suas ou de alheias ideias, com o intuito de realizar qualquer coisa útil ao conagraçamento, à instrução e à economia das massas proletárias”. Por fim, O *Paiz* esperava que os socialistas não limitassem suas ideias à “arregimentação de eleitores para agravar os males da política profissional que eles tanto malsinam”.²⁴ Por sua vez, Joaquim Pimenta declarou em sua coluna *Tribuna Social-Operária* que as conferências de propaganda do PSB estavam sendo proferidas com “brilhantismo” e alcançando o “mais franco êxito”, inclusive de público.²⁵

As conferências do PSB tinham o claro objetivo de convencer os trabalhadores da necessidade de se engajarem no processo político-eleitoral. Afinal, o PSB se apresentava como alternativa eleitoral para a classe operária. De fato, na propaganda para as eleições de 1º de março de 1926, o nome de Evaristo de Moraes apareceu na lista de candidatos do Centro Republicano do Distrito Federal para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. No mesmo anúncio, o Centro Republicano chamava o eleitorado a votar no senador paulista Washington Luís e no governador mineiro Fernando de Mello Vianna para presidente e vice-presidente da República. Os signatários do documento esperavam dos candidatos ao

23 AS CONFERÊNCIAS do Partido Socialista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 2.

24 A QUESTÃO social. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 7 out. 1925, p. 3.

25 TRIBUNA Social-Operária. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 24 out. 1925, p. 8; TRIBUNA Social-Operária. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 out. 1925, p. 10; TRIBUNA Social-Operária. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1925, p. 9.

Poder Executivo federal um governo e uma política “dentro da ordem, da magnanimidade, pela anistia e de liberdade, pela suspensão do estado de sítio”, uma referência direta à suspensão dos direitos dos cidadãos durante o mandato presidencial que findava, de Artur Bernardes.²⁶

Se havia, contudo, aliança entre os socialistas e os republicanos, certamente não se tratava de uma coligação desprovida de tensões e contradições. Prova disso é o longo artigo intitulado *A política e o operariado*, assinado por Evaristo de Moraes e publicado no *Correio da Manhã* de 29 de janeiro de 1926. Nele, o líder do PSB se dizia mais uma vez obrigado a explicar as razões “do descaso da maioria dos nossos homens políticos pelas reivindicações trabalhistas”. Segundo o seu argumento, o cerne da questão residia no fato de que “as classes operárias ainda não se impuseram a atenção deles, organizando-se politicamente, mostrando a sua força eleitoral”.²⁷

Por isso, causou “admiração” o “largo espaço concedido” por Washington Luís, em sua plataforma, à “questão operária”. Mas, prosseguiu Evaristo de Moraes, “não obstante a boa vontade assim manifestada” pelo senador paulista, ele tinha clareza de que o futuro presidente da República estava “longe de qualquer compromisso com as classes trabalhadoras”. Essa “atitude” dos que pediam os “sufrágios populares” era perfeitamente compreensível. Resultava do fato de que não havia “razões para se comprometer com classes ainda desorganizadas, sem notório prestígio nas urnas”.

Evaristo de Moraes explicou que usou esse argumento em outras ocasiões ao longo do tempo. Em um artigo intitulado *Pela organização política do operariado!*, de 1920, ele teria dito que a “organização partidária” dos operários com vistas a participar das eleições era o “único meio eficaz” de intervir na “vida pública” em uma democracia. O problema é que, onde havia “agitação operária”, existia também “o alvitre

26 AO ELEITORADO carioca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1926, p. 8.

27 MORAES, Evaristo de. A política e o operariado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1926, p. 4. Todas as citações textuais feitas nos próximos seis parágrafos foram retiradas dessa mesma fonte.

da solução catastrófica”, uma alternativa que o líder socialista qualificava como “essencialmente revolucionária” e “animada pelo êxito do maximalismo na Rússia”.

De seu ponto de vista, “o êxito revolucionário” nem sempre exprimia a “vitória definitiva” dos que supunham “dirigir as revoluções”. Os resultados das revoluções em geral ficavam “muito aquém do que almejavam os seus promotores”, ou elas se desviavam “em direções imprevistas”. Era preciso levar em conta, também, que a Revolução Russa poderia ter propiciado o “advento da democracia proletária” na Europa, mas não produziria o mesmo desfecho no Brasil, onde “os elementos mais avançados do socialismo não encontrariam uma ambiência necessária para movimento igual”.

O discurso dos socialistas quanto à necessária consideração das especificidades do Brasil alimentou a crítica dos comunistas em torno do que consideravam uma acomodação reformista ao sistema político e ao regime socioeconômico vigente. De fato, Evaristo de Moraes fez a mais que significativa declaração, claramente inspirada no “socialismo possibilista” francês, de que, tal como pensava em 1920, em 1926 ele ainda preferia “a solução pacífica, a intervenção política, a lenta conquista das posições, ou, pelo menos, a influência nas corporações legislativas e nos pleitos eleitorais”. No texto publicado pelo *Correio da Manhã*, ele afirmou:

Quando as classes proletárias representarem força eleitoral coesa e consciente, quando elas se compenetrarem dos seus direitos e dos seus deveres, sabendo escolher os seus representantes, quando os homens de governo tiverem de dar ouvidos às sugestões razoáveis dos trabalhadores, recuando faltar-lhes o respectivo apoio – a democratização da indústria será correlata à democratização da República; surgirão as necessárias providências legislativas, cumpridas sem discrepância. O que produz a pasmação do Congresso no concernente à legislação operária e sanciona o menosprezo do pouco que possuímos – é a convicção, aliás fundada, em

que permanecem as classes burguesas, dirigentes da política brasileira, de que nada há a recear do operariado, incapaz de eleger um seu representante direto e respeitável, ou de embaraçar seriamente a eleição de um adversário das suas aspirações.

Como exemplo do quão benéfico poderia ser o engajamento da classe operária do Brasil na política formal, Evaristo de Moraes invocou o caso da Inglaterra, onde os trabalhistas teriam conseguido galgar a postos eletivos e os partidos tradicionais estariam sendo forçados a um acordo que beneficiasse os trabalhadores. O segundo exemplo viria dos Estados Unidos, país no qual os “homens de cor” se organizaram para fazer uso mais eficiente de seu direito de voto.

De fato, o Partido Trabalhista Britânico obteve 30% dos votos nas eleições gerais de dezembro de 1923, assegurando 191 cadeiras no Parlamento e conseguindo formar seu primeiro governo, sob a chefia do primeiro-ministro Ramsay MacDonald (1866-1937), em janeiro de 1924, em aliança com o Partido Liberal. Esse governo, entretanto, só durou nove meses, e MacDonald foi derrotado pelo Partido Conservador, que desta vez recebeu o apoio dos liberais, no pleito de outubro de 1924 (KIRK, 2011, p. 34-35; BELLAMY; SAVILLE, 1972, p. 222-229).

Evaristo de Moraes também estava bem informado em relação ao crescente envolvimento dos negros norte-americanos com as eleições naquele momento, que vem sendo demonstrado pelas pesquisas recentes (COHEN, 2014, p. 253-261). Mas o contexto estadunidense era bem hostil aos trabalhadores não brancos americanos. Em 1910, os operários negros ganhavam um terço dos salários pagos aos brancos. Naquela década, houve também um ressurgimento assustador da Ku Klux Klan, que atingiu 4,5 milhões de membros em 1924, promovendo linchamentos, assassinatos, entre outros crimes. Outrossim, foram aprovadas leis que limitavam a entrada de imigrantes, favorecendo os de origem anglo-saxã, em prejuízo dos negros e asiáticos. Além disso, estavam em plena vigência as *Jim Crow Laws*, isso é, as leis segregacionistas implementadas no sul dos Estados Unidos entre o último quartel do

século XIX e meados dos anos 1960, momento de vitória do movimento pelos direitos civis e políticos dos negros estadunidenses (ZINN, 2015, p. 328; p. 382). Por fim, além de terem as piores condições de trabalho e salários inferiores, os trabalhadores negros eram discriminados e excluídos até mesmo nos sindicatos, no mais das vezes compostos e dirigidos exclusivamente por operários brancos (ZIEGER; GALL, 2002, p. 92-94).

Essas questões influenciaram os rumos do pleito presidencial de 1924, quando foram apresentadas três candidaturas. A primeira foi a de Calvin Coolidge (1872-1933), advogado em Massachusetts e indicado pelo Partido Republicano. Graças à identificação de seu nome com os negócios e à associação de seu partido com a União e a emancipação dos escravos, Coolidge foi o vencedor. O segundo candidato foi John W. Davis (1873-1955), advogado escolhido pelo Partido Democrata como alternativa às lutas das facções internas lideradas por William McAdoo (1863-1941), advogado apoiado pela Ku Klux Klan, e Alfred Smith (1873-1944), governador de Nova Iorque.

Finalmente, o terceiro candidato foi o também advogado Robert La Follette (1855-1925), senador pelo Partido Republicano de Wisconsin e candidato a presidente pelo Partido Progressista com o apoio do Partido Socialista, dos sindicatos operários, dos fazendeiros e do intelectual socialista negro W. E. B. Du Bois (1868-1963). A plataforma progressista incluía reformas de longo alcance, tais como a nacionalização das ferrovias, serviços de fornecimento de eletricidade, água e gás sob controle de empresas públicas, fim do trabalho infantil e eleição do presidente da República pelo sufrágio popular. Com base nesse programa, La Follette obteve 16,6% dos votos (MIECZKOWSKI, 2001, p. 165-167).

Todavia, mesmo denunciando o ressurgimento da Ku Klux Klan e condenando a segregação e o racismo (contra negros e imigrantes asiáticos), La Follette sustentou que a pauta prioritária de sua campanha presidencial em 1924 era a necessidade de lutar contra as grandes corporações capitalistas, quebrar o poder combinado dos monopólios sobre a vida econômica do povo americano, não havendo qualquer menção direta aos afro-americanos (ou aos povos nativos) e a suas questões (BRØNDAL, 2011, p. 346).

A APOSTA ELEITORAL

Toda a ênfase dada pelo PSB à necessidade de organização política e engajamento eleitoral dos trabalhadores tinha em vista o pleito eleitoral de 1º de março de 1926, no qual seriam eleitos os intendentess municipais, isso é, os membros do Poder Legislativo da cidade do Rio de Janeiro, o presidente e o vice-presidente da República. Na chapa de aspirantes a intendentess apresentada à “altivez indomável do livre e independente povo carioca”, constavam os nomes de Evaristo de Moraes, Belisario Augusto de Oliveira Penna, Augusto Pinto Lima, Joaquim Barbosa de Souza, Bartlett James, Raul Paranhos Pederneiras, Jorge Santos e Brenno dos Santos, todos pelo primeiro distrito. Pelo segundo distrito, os concorrentes eram Maurício de Lacerda, Miguel de Oliveira Monteiro, Mario Piragibe, Edgard Fontes Romero, Osvaldo de Motta Nobre, Bruno Alvares da Silva Lobo, Alfredo Muniz Peixoto e Mario Julio dos Santos. Todos os candidatos vinham ungidos pelo apoio dos deputados João Baptista de Azevedo Lima (1888-1963), Adolpho Bergamini (1886-1945) e Vicente Piragibe (1879-1959).²⁸

No dia 18 de fevereiro de 1926, Evaristo de Moraes e o deputado Leopoldino de Oliveira discursaram em um comício “pró-candidatos da esquerda” ao Conselho Municipal, realizado na Praça Onze de Junho. A reunião corria animada, contando com a presença de “grande multidão”, mas um piquete de cavalaria interrompeu o *meeting* e usou da tradicional violência policial para dispersar o público. Os candidatos socialistas Evaristo de Moraes e Brenno dos Santos foram presos. Pouco antes das eleições, o *Correio da Manhã* publicou uma nota da esposa de Brenno dos Santos declarando que os sufrágios do eleitorado do primeiro distrito ao seu consorte deveriam “ter a significação de um apelo ao atual governo para uma política de liberdade, pela suspensão

28 ELEIÇÃO municipal. Ao eleitorado carioca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1926, p. 8.

imediate do estado de sítio no Distrito Federal e nos Estados pacificados, e de liberdade pela anistia”.²⁹

As eleições de 1º de março de 1926 no Rio de Janeiro expuseram uma perturbadora contradição, pois houve o extraordinário número de 130 candidatos às 24 cadeiras do Conselho Municipal e grande abstenção eleitoral. O *Correio da Manhã* disse que as razões da questão estavam ligadas à violência da polícia e dos cabos eleitorais contra os oposicionistas do engenheiro e senador Paulo de Frontin (1860-1933), à prisão de mesários não vinculados à situação e ao abandono do trabalho por parte de outros, nas seções onde o chefe da posição dominante não tinha maioria.³⁰

Em *A Manhã*, o jornalista Mario Rodrigues declarou que “a maioria do eleitorado reagiu contra as camarilhas e a violência, pela mais simples das fórmulas – abstendo-se de comparecer às urnas...”. Sustentou, ainda, que a eleição de Maurício de Lacerda para uma cadeira de intendente pelo segundo distrito configuraria um “desafogo consolador”, o “triunfo que coroa a excelsa abnegação”, o “valor grandíloquo” daquele político e “as reivindicações mudas da consciência liberal do Distrito, em homenagem ao gigante da tribuna popular, o bom, o puro, o desprendido patrono das grandes causas públicas”.³¹

De fato, nos dois distritos eleitorais do Rio de Janeiro, Washington Luís e Mello Vianna, os candidatos a presidente e vice-presidente da República, tiveram tão somente 22.282 e 27.336 votos, respectivamente. Apesar do baixo comparecimento de eleitores, a disputa por uma vaga no Conselho Municipal foi bem mais acirrada. A oposição não elegeu nenhum dos oito candidatos que apresentou no primeiro distrito. Evaristo de Moraes obteve 3.255 votos, menos de metade da votação

29 UM COMÍCIO eleitoral. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1926, p. 4; O PRIMEIRO comício pró-candidatos da esquerda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1926, p. 2; BERGAMINI, Adolpho. O povo é bom... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1926, p. 4; AS ELEIÇÕES de amanhã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1926, p. 2.

30 AS ELEIÇÕES de ontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1926, p. 1; p. 4.

31 RODRIGUES, Mario. A abstenção. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1926, p. 3.

recebida pelo primeiro colocado na disputa. Já Brenno dos Santos, seu correligionário no PSB, conseguiu os votos de 2.599 eleitores. O terceiro caso que vale destacar é o do alfaiate comunista Joaquim Barbosa de Souza, que recebeu 1.158 sufrágios.³²

Mas o jornal *A Manhã* deu grande destaque à eleição de Luiz de Oliveira, antigo dirigente da União dos Operários Estivadores, para o Conselho Municipal. Mario Rodrigues festejou a vitória eleitoral de Oliveira, apresentando-o como “um candidato verdadeiramente operário, arrancado às massas operárias, vivendo a vida difícil e sofredora das massas operárias”. Esta teria sido a primeira vez na “história política do Distrito” que “as classes operárias, unidas sob a bandeira da frente única, dos mesmos ideais e aspirações”, teriam elegido “um representante seu, genuinamente seu, ao Legislativo da cidade”. A vitória de Luiz de Oliveira, “operário pobre e modesto, mas o defensor decidido e intransigente dos interesses da classe, a sentinela avançada de suas conquistas e reivindicações”, representaria “o triunfo dos fracos e explorados, de todos os operários conscientes, que se não deixam seduzir pelas promessas sempre doces e sempre mentirosas dos políticos profissionais”.³³

A Manhã concluiu que a eleição de Oliveira, no primeiro distrito, e Lacerda, no segundo distrito, significaria a escolha de “dois nomes legitimamente vitoriosos no pleito municipal”. O sucesso de Lacerda seria “uma homenagem prestada pela cidade, nestes tristes tempos, ao grande espírito de abnegação e sacrifício do paladino incorruptível”. O triunfo de Oliveira constituiria “a promessa de um operariado forte, consciente, unificado, e intervindo beneficentemente, como um tônico energético, nesse aparelho de corrupção e servilismo que é a política nacional”.³⁴

Na análise dos resultados do segundo distrito, é preciso explicitar algumas especificidades. Aqui também a oposição apresentou oito candidatos, mas conseguiu eleger dois: Maurício de Lacerda, com 6.296

32 AS ELEIÇÕES de ante-hontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1926, p. 1.

33 O CANDIDATO operário. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1926, p. 2.

34 O CANDIDATO operário. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1926, p. 2.

votos, e Mario Piragibe, beneficiário de 4.911 sufrágios.³⁵ Os eleitos não eram, contudo, nomes comuns. Lacerda havia sido eleito deputado estadual e federal mais de uma vez e possuía uma base de apoio mais ampla que o movimento operário organizado, além de contar com o apoio de Mario Rodrigues e do jornal *A Manhã*, que o apontavam como o mais radical defensor dos interesses públicos contra a corrupção existente nos Poderes Legislativo e Executivo da cidade do Rio de Janeiro.³⁶ O segundo era membro da família do deputado Vicente Piragibe, um político estabelecido há algum tempo no Rio de Janeiro.

De todo modo, os deputados da oposição denunciaram na Câmara Federal que Evaristo de Moraes e Maurício de Lacerda foram ilegalmente mantidos na prisão durante todo o processo eleitoral.³⁷ Lacerda estava preso havia dois anos em função de seu suposto envolvimento na fracassada rebelião militar de 5 de julho de 1924 em São Paulo, movimento que guardava relação direta com a chamada Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, outra rebelião de oficiais do Exército ocorrida exatos dois anos antes, sendo ambas as insurreições parte do que se convencionou chamar de Tenentismo.³⁸

Assim como Maurício de Lacerda, Agripino Nazareth também foi implicado nas rebeliões tenentistas e preso em 1922 e 1924. Ao se lembrar daqueles acontecimentos, Nazareth destacou que o jornalista Francisco Alexandre e o professor Luiz Palmeira, respectivamente secretário-geral e segundo-secretário do PSB, também tinham sido tragados

35 AS ELEIÇÕES de ante-hontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1926, p. 1.

36 RODRIGUES, Mario. Eleições municipais. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1926, p. 3; RODRIGUES, Mario. Carta aberta ao piolho-de-cobra. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1926, p. 3; A CANDIDATURA do sr. Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1926, p. 5; RODRIGUES, Mario. Ainda as eleições municipais. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1926, p. 3; RODRIGUES, Mario. Vingança do destino. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1926, p. 3; RODRIGUES, Mario. Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1926, p. 3.

37 RECOMEÇANDO... Animados os debates da primeira sessão da Câmara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 maio 1926, p. 2; INICIARAM-SE, hontem, na Câmara, os debates parlamentares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 maio 1926, p. 8.

38 Ele narrou o episódio de 1924 em duas obras: Lacerda (1927a; 1927b).

pela repressão.³⁹ Paulo de Lacerda, o irmão comunista de Maurício, e o jornalista Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, tinham sido igualmente aprisionados sob o pretexto de envolvimento com a revolta dos tenentes em 1924. Mesmo encarcerado, Lacerda foi eleito intendente em 1º de março de 1926.⁴⁰ Por estar preso, porém, sua posse não ocorreu no dia 12 de abril de 1926, conforme a previsão legal.⁴¹ Ele requereu *habeas corpus* mais de uma vez ao STF para exercer seu mandato parlamentar, mas não obteve sucesso.⁴²

Mario Rodrigues, defensor intransigente da candidatura e das atividades político-parlamentares de Maurício de Lacerda, foi condenado e preso por “crime de imprensa” em virtude de suas duras críticas ao governo.⁴³ Além de denunciar amplamente a censura e as arbitrariedades cometidas contra seu editor, *A Manhã* liderou uma intensa campanha política dirigida à “mocidade acadêmica” e ao “operariado” em favor da liberdade e da posse de Lacerda. Um abaixo-assinado levantou milhares de subscrições pela “libertação do tribuno”.⁴⁴

39 BOLCHEVISTAS de opera comica (Resposta ao Partido Comunista do Brasil). *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1926, p. 1.

40 AS ELEIÇÕES de ante-hontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1926, p. 2.

41 UM PASSO à frente. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1926, p. 3; POLÍTICA. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1926, p. 2.

42 MAURÍCIO de Lacerda requer “habeas-corpus”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1926, p. 1; CONCEDA-SE “habeas-corpus” a Maurício de Lacerda! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26 maio 1926, p. 2; O CONSELHO Municipal em crise. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1926, p. 2; O “HABEAS-CORPUS” de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1926, p. 5; O NILISMO latente no coração povo fluminense. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15 out. 1926, p. 1; p. 7; POLÍTICA. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1926, p. 1; A CARTA de Maurício de Lacerda ao promotor da festa. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 out. 1926, p. 7.

43 RODRIGUES, Mario. A lei sagrada do asylo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1926, p. 3; UMA VOZ do clero verbera a justiça que condemnou Mario Rodrigues! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1926, p. 1; MARIO Rodrigues é mais uma vez condenado. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1926, p. 1; A CONDEMNACÃO de Mario Rodrigues. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1926, p. 2.

44 PELA liberdade de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5 maio 1926, p. 1; O PLEBISCITO popular. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 6 maio 1926, p. 1; PELA liberdade de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 7 maio 1926, p. 2; PELA liberdade de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 8 maio 1926, p. 2; PELA liberdade de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 11 maio 1926, p. 7.

No final de outubro de 1926, Maurício de Lacerda ainda se encontrava preso e, portanto, impedido de tomar posse no Conselho Municipal. Ainda estava, contudo, em combate e continuava articulando novas ações políticas, inclusive com as visitas que recebia e por meio das cartas que trocava com lideranças do período. Uma dessas ações foi o lançamento de sua candidatura (malsucedida) a deputado federal pelo segundo distrito usando a legenda do Partido da Mocidade, a mesma organização à qual Joaquim Pimenta aderiu em Pernambuco. Ao mesmo tempo, pressões eram feitas sobre o presidente eleito, Washington Luís, para pôr fim ao estado de sítio vigente durante o quadriênio governamental de Artur Bernardes, conceder anistia aos presos políticos e libertar Maurício de Lacerda, o que só aconteceu no final de novembro. Em 1º de dezembro de 1926, Lacerda recebeu entusiásticas homenagens populares nas ruas e tomou posse como intendente municipal do Rio de Janeiro.⁴⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PSB e seus líderes desfrutaram de forte inserção e influência sobre setores importantes do movimento operário na segunda metade da década de 1920. Seus quadros dirigentes eram figuras conhecidas e tinham cumprido papel de destaque em certos episódios envolvendo os trabalhadores, gozando de prestígio junto a eles. Além de atuar como publicista e advogar em favor dos desafortunados na Justiça, Evaristo de Moraes havia-se destacado na fundação e na direção de outras organizações

45 A CANDIDATURA Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24 out. 1926, p. 1; MAIS um escândalo no Conselho Municipal. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28 out. 1926, p. 1; p. 7; A CANDIDATURA de Maurício de Lacerda a deputado pelo 2º districto. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1926, p. 7; LIBERDADE para Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1926, p. 2; AS DECLARAÇÕES do Sr. ministro da Justiça. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1926, p. 7; O PROTESTO de Maurício de Lacerda no Supremo Tribunal. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1926, p. 1; MAURÍCIO de Lacerda desistiu do “habeas-corpus”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1926, p. 15; A ORDEM publica, o levantamento do sítio, a censura, a liberdade de Maurício de Lacerda numa palestra com o Sr. ministro da Justiça. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1926, p. 1; A LIBERDADE de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1926, p. 1; RESPOSTA ao Sr. José Leon Suarez. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1926, p. 3; A POSSE de Maurício de Lacerda. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1926, p. 1; p. 7.

socialistas desde a última década do século XIX. Manteve, igualmente, estreitas relações com vários sindicatos do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, a exemplo das uniões dos estivadores e carregadores. Agripino Nazareth também atuou como jornalista e advogado engajado com o movimento operário e antioligárquico, tendo participado das revoltas dos sargentos em 1915 e 1916 ao lado de Maurício de Lacerda e da chamada insurreição anarquista de 1918, ambas no Rio. Em 1919, Agripino Nazareth e Joaquim Pimenta lideraram vitoriosas greves gerais na Bahia e em Pernambuco, quando passaram a ter papel central no movimento operário e socialista daqueles estados.

O PSB de 1925 representou, portanto, uma nova tentativa de organizar a classe operária para tomar parte nas eleições. Diferenciou-se, porém, das experiências anteriores pelas maiores robustez organizativa e inserção no movimento operário, ainda que essas diferenças qualitativas não se traduzissem em vitórias eleitorais. Destaque-se, por exemplo, a influência direta dos socialistas sobre dois sindicatos que reuniam milhares de operários do Distrito Federal e que, como vimos, compartilharam militantes e sediaram inúmeras atividades do Partido Socialista em 1925 e 1926: a Associação dos Carpinteiros Navais e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos.

Agripino Nazareth tinha contatos e influência em diversas categorias, não apenas entre os carpinteiros navais e os operários têxteis. De fato, além das várias intervenções nas atividades específicas do PSB, ele fez uma palestra sobre a “necessidade da organização operária” na União dos Operários em Fábricas de Tecidos em outubro de 1925⁴⁶ e outras conferências ao longo de 1926 no “Grande Festival” da S. B. Cultura das Artes Graphics de Niterói, na União dos Pintores e na União dos Operários Municipais em favor da comissão pró-União dos Operários Metalúrgicos do Brasil.⁴⁷

46 A CONFERÊNCIA do Dr. Agripino Nazareth. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1925, p. 4.

47 VIDA proletária. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1926, p. 5; VIDA proletária. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 6 out. 1926, p. 7; VIDA proletária. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1926, p. 5; VIDA proletária. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1926, p. 6.

O caso dos operários têxteis ilustra bem a natureza e a dinâmica dos conflitos e disputas políticas entre o PCB e o PSB no período. O jornal *A Manhã* fez uma ampla cobertura da luta encetada pelos comunistas para minar a credibilidade e a influência reformista de Agripino Nazareth em suas antigas bases e conquistar a organização sindical dos trabalhadores têxteis cariocas, o que efetivamente ocorreu em dezembro de 1926. Os bolchevistas brasileiros criaram o Bloco Têxtil, uma clara alusão ao Bloco Operário e Camponês, criado para as disputas político-eleitorais daquele momento.⁴⁸ Em fevereiro de 1927, porém, Agripino Nazareth fez uma conferência sobre o direito de férias na importante União dos Operários Metalúrgicos do Brasil.⁴⁹ E, em maio daquele ano, os socialistas ainda ofereciam resistência aos comunistas

48 PELA victoria do Bloco Têxtil! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1926, p. 11; “A MANHÃ” proletária. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1926, p. 4; PELA victoria do Bloco Têxtil!! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1926, p. 7; VIVA a chapa do Bloco Têxtil! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1926, p. 5; PELA victoria do Bloco Têxtil! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1926, p. 6; PELA victoria do Bloco Têxtil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1926, p. 5; PELA victoria do Bloco Têxtil! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1926, p. 4; p. 7; EM TORNO da chapa e programa do Bloco Têxtil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926, p. 4; AO BLOCO Têxtil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1926, p. 6; A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fábricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1926, p. 5; A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fábricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1926, p. 5; A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fábricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1926, p. 2; p. 7; A ELEIÇÃO de hoje na U. O. em Fábricas de Tecidos. Votae no Bloco Têxtil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1926, p. 1; A ELEIÇÃO de hoje na U. O. em Fábricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1926, p. 7; PELO ressurgimento da U. O. em Fábricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1926, p. 1; VENCEU o “Bloco Têxtil”! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1926, p. 1; CONSOLIDEMOS a victoria! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1926, p. 5; TECELÕES para a frente! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1926, p. 5; PONDO ordem no Chãos! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1926, p. 2; UM DOS MAIS falsos inimigos do proletariado. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1926, p. 5; SANEEMOS a União. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1926, p. 6; DESTRUINDO uma lenda. Os operários conscientes da Bahia repudiam o Sr. Agripino Nazareth! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1926, p. 10; ECOS da victoria do Bloco Têxtil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1926, p. 8; REINCIDENTES na delação! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1926, p. 15; ARRASANDO uma lenda. O proletariado bahiano repudia o Sr. Agripino Nazareth! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1927, p. 4; PEGANDO os mentirosos pela gola. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1927, p. 5; PATROCÍNIO duas caras. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1927, p. 12.

49 VIDA proletária. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1927, p. 15.

nas disputas pela direção da União dos Trabalhadores em Padarias, havendo uma Chapa Vermelha do Bloco dos Trabalhadores em Padarias rivalizando com a Chapa Branca dos socialistas.⁵⁰ Em junho, os comunistas também enfrentavam oposição no Centro Cosmopolita.⁵¹

Por fim, é importante destacar que o PSB de 1925 defendeu mudanças que seriam implementadas por alguns desses militantes socialistas depois de 1930, quando eles ingressaram no Ministério do Trabalho criado por Getúlio Vargas, valendo mencionar os pontos relativos ao voto, à representação política e à legislação sindical e do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço os comentários e sugestões feitos pelos avaliadores anônimos e a toda a equipe da *Varia Historia*, pela excelência e pelo cuidado no tratamento do manuscrito.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Claudio. O ano em que o socialismo visitou o Brasil. *Nossa História*, v. 1, n. 4, p. 67-71, 2004.
- BATALHA, Claudio. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906–1920). *International Review of Social History*, v. 62, S25, p. 75-103, Dec. 2017.
- BELL, David S.; JOHNSON, Douglas; MORRIS, Peter (Ed.). *Biographical Dictionary of French Political Leaders since 1870*. Nova York: Simon & Schuster, 1990.

50 AOS TRABALHADORES em padaria. Concentremos os votos na chapa vermelha! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4 maio 19, p. 2; AOS TRABALHADORES em padaria. Concentremos os votos na chapa vermelha! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 6 maio 1927, p. 2; TRABALHADORES em padarias, firmes! Companheiros! Precisamos votar na chapa vermelha! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 8 maio 1927, p. 2.

51 TRABALHADORES da indústria hoteleira!! Desligae-vos dos politiquero reaccionarios! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1927, p. 2.

- BELLAMY, Joyce; SAVILLE, John. *Dictionary of Labour Biography*. V. I. Nova Jersey: Augustus M Kelley, 1972.
- BIONDI, Luigi. *Classe e nação: Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- BRØNDAL, Jørn. The Ethnic and Racial Side of Robert M. La Follette Sr. *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v. 10, n. 3, p. 340-353, 2011.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História*, n. 162, p. 205-241, 2010.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S.; SCHMIDT, Benito Bisso. From the Streets to the Government: Socialist Militants and Labour Law in Brazil. *International Review of Social History*, v. 62, S25, p. 133-164, Dec. 2017.
- CLARK, Martin. MATTEOTTI, Giacomo. In: LANE, A. Thomas (Ed.). *Biographical Dictionary of European Labor Leaders*. V. 2. Westport; Londres: Greenwood, 1995, p. 627-628.
- COHEN, Lizabeth. *Making a New Deal: Industrial Workers in Chicago, 1919-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- CONTI, Nicolò. Socialists, Republicans, and Radicals. In: JONES, Erik; PASQUINO, Gianfranco (Ed.). *The Oxford Handbook of Italian Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 1-21.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, n. 24, p. 243-290, 2000.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*, n. 68, p. 188-209, 2006.
- DUGGAN, Christopher. *Fascist Voices: An Intimate History of Mussolini's Italy*. Londres: Vintage, 2013.
- DUGGAN, Christopher. *História concisa da Itália*. São Paulo: Edipro, 2016.

- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GOLDBERG, Harvey. *The Life of Jean Jaurès*. Madison: University of Wisconsin Press, 1968.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- GUIMARÃES, Luciano de Moura. Pela lei e contra a lei: Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil de Salvador (1919-1922). *Mundos do Trabalho*, v. 12, p. 1-30, 2020.
- HOWORTH, Jolyon. JAURÈS, Jean. In: LANE, A. Thomas (Ed.). *Biographical Dictionary of European Labor Leaders*. V. 1. Westport; Londres: Greenwood, 1995, p. 449-451.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unesp, 2003.
- KIRK, Neville. *Labour and the Politics of Empire: Britain and Australia. 1900 to the Present*. Manchester: Manchester University Press, 2011.
- LACERDA, Maurício de. *Entre duas revoluções*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927a.
- LACERDA, Maurício de. *História de uma covardia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927b.
- LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, v. 17, n. 31, p. 111-143, 2010.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- MIECZKOWSKI, Yanek. *The Routledge Historical Atlas of Presidential Elections*. Nova York: Routledge, 2001.
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Comunistas Brasileiros: Cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

- NEGRO, Antonio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais: A participação operária na política do pós-guerra. *História*, v. 21, p. 251-282, 2002.
- PÁDUA, J. A. Valladares. A capital, a República e o sonho: A experiência dos partidos operários de 1890. *Dados*, v. 28, n. 2, p. 163-192, 1985.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PAXTON, Robert O.. *The Anatomy of Fascism*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2004.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Desvarios anarquistas na Rússia rio-grandense”: As grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RILEY, Dylan. *The Civic Foundations of Fascism in Europe: Italy, Spain, and Romania, 1870–1945*. Londres; Nova York: Verso, 2019.
- SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: A história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Org.). *As esquerdas no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-183.
- SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: As vicissitudes do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. A blusa e a urna: Metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Mundos do Trabalho*, v. 12, p. 1-18, 2020a.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. A dissimulada arte de produzir exclusões: As reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). *Revista de História*, n. 179, p. 1-35, 2020b.

- SOUZA, Jhonatan Uewerton. Um líder operário nas redações: Nerval Silva, a União Operária do Paraná e a crise da Primeira República (1920-1932). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Org.). *Trabalho, democracia & direitos*. V. 2 – Mundos do trabalho, identidades e cultura operária. Porto Alegre: Fi, 2019, p. 15-32.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004a.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004b.
- VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: Partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados*, v. 30, n. 1, p. 45-72, 1987.
- ZIEGER, Robert H.; GALL, Gilbert J.. *American Workers, American Unions: The Twentieth Century*. Baltimore; Londres: Johns Hopkins University Press, 2002.
- ZINN, Howard. *A People's History of the United States*. Nova York: Harper Perennial Modern Classics, 2015.

Recebido: 19 set. 2021 | Revisto pelo autor: 4 jan. 2022 | Aceito: 15 jan. 2022